

Programa Analítico de Disciplina

DIR 464 - Direito Eleitoral

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo: 2024

Número de créditos: 4

Carga horária semestral: 60h

Carga horária semanal teórica: 4h

Carga horária semanal prática: 0h

Carga horária de extensão: 0h

Semestres: I, II e Especial

Objetivos

Estimular o pensamento reflexivo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive, conferir aos universitários instrumentos que possibilitem a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 9.394, de 1996. Outorgar os universitários formações cívico-cidadã e jurídico-profissional, para que possam compreender o Estado, especialmente o Estado brasileiro, os institutos jurídicos que ensejam o exercício da cidadania, como o voto, o plebiscito, o referendo, bem assim os principais institutos jurídicos necessários ao exercício do direito de sufrágio.

Ementa

Direito eleitoral. Representação popular. Organização eleitoral. Justiça eleitoral. Ministério público eleitoral. Capacidade eleitoral. Alistamento eleitoral. Elegibilidade. Partidos políticos. Sistemas partidários. Eleição. Garantias eleitorais. Propaganda eleitoral. Atos preparatórios à votação. Votação. Apuração eleitoral. Invalidez dos atos eleitorais. Recursos eleitorais. Crimes eleitorais. Processo penal do processo disciplinar no direito penal eleitoral.

Pré e correquisitos

DIR 365

Oferecimentos obrigatórios

Não definidos

Oferecimentos optativos

Curso

Grupo de optativas

Direito

PEO

DIR 464 - Direito Eleitoral

Conteúdo					
Unidade	T	P	ED	Pj	To
1. Direito eleitoral 1. Fundamentos. Objeto. Fontes. Relacionamento com outras disciplinas jurídicas	2h	0h	0h	0h	2h
2. Representação popular 1. Democracia representativa. Justificativa de Montesquieu. Crítica de Rousseau. Natureza jurídica da representação popular. Problemas correlatos: Partidos políticos; interesses profissionais; sindicalismo; opinião pública e imprensa. Representação popular no Direito eleitoral brasileiro. Necessidade de reformulação do instituto	6h	0h	0h	0h	6h
3. Organização eleitoral 1. Voto. Modalidades. Sistemas eleitorais. Sistema majoritário, proporcional e misto. Sistema eleitoral no Direito brasileiro	2h	0h	0h	0h	2h
4. Justiça eleitoral 1. Controle do processo eleitoral. Estrutura orgânica. Competência dos órgãos da justiça eleitoral	4h	0h	0h	0h	4h
5. Ministério público eleitoral 1. Posição institucional. Atribuições junto à Justiça Eleitoral	2h	0h	0h	0h	2h
6. Capacidade eleitoral 1. Pressupostos da capacidade eleitoral. Limitações	2h	0h	0h	0h	2h
7. Alistamento eleitoral 1. Do ato de alistar. Efeitos do alistamento. Requisitos para a inscrição eleitoral. Processo. Fases do alistamento. Transferência. Cancelamento. Exclusão e fiscalização partidária	2h	0h	0h	0h	2h
8. Elegibilidade 1. Escolha e registro de candidatos. Inelegibilidade. Parte legítima para aguição	2h	0h	0h	0h	2h
9. Partidos políticos 1. Generalidades. Natureza jurídica dos partidos. Classificação dos partidos. Criação. Funcionamento. Fusão e extinção dos partidos políticos. Patrimônio do partido. Órgãos partidários. Filiação partidária. Infidelidade partidária. Recursos financeiros do Partido. Prestação de contas	6h	0h	0h	0h	6h
10. Sistemas partidários 1. Multipartidarismo. Pluripartidarismo. Monopartidarismo. Vantagens e desvantagens. Aliança partidária	2h	0h	0h	0h	2h
11. Eleição 1. Ato de escolha. Processo de votação. Local e duração da votação. Condições para sua realização. Fiscalização partidária. Cédula oficial	2h	0h	0h	0h	2h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: YVJA.11AG.5GX8

<p>12. Garantias eleitorais</p> <p>1. Proteção ao votante. Autoridade da mesa receptora. Presença e ação da polícia. Limites. Contenção do poder econômico e do abuso de autoridade. Prioridade na comunicação conferida aos partidos políticos na fase da campanha eleitoral. Prioridade postal em favor dos partidos políticos. Instalação de telefone nas sedes dos partidos. Isenção tributária. Gratuidade de registro civil e certidão de nascimento. Direito do empregado ausentar-se do serviço para alistamento e transferência eleitorais. Direito do funcionário público à licença para concorrer a cargo eletivo. Nulidade e provimento nos serviços públicos. Transporte e alimentação para eleitores das zonas rurais</p>	6h	0h	0h	0h	6h
<p>13. Propaganda eleitoral</p> <p>1. Técnica de propaganda. A liberdade da propaganda. Dimensionamento jurídico da propaganda eleitoral. Processo de controle da propaganda. Propaganda eleitoral, na imprensa, rádio e televisão</p>	4h	0h	0h	0h	4h
<p>14. Atos preparatórios à votação</p> <p>1. Divisão eleitoral. Seções eleitorais. Mesas receptoras. Competência da mesa receptora. Fiscalização partidária junto à mesa</p>	2h	0h	0h	0h	2h
<p>15. Votação</p> <p>1. Instalação dos trabalhos na mesa receptora. Recebimento dos votos. Voto em separado. Regras especiais de votação. Impugnações e recursos. Encerramento da votação</p>	2h	0h	0h	0h	2h
<p>16. Apuração eleitoral</p> <p>1. Junta apuradora. Composição e funcionamento de junta. Abertura da urna. Impugnações e recursos. Da escrituração da apuração. Apuração nos tribunais regionais. Proclamação e diplomação dos eleitos</p>	2h	0h	0h	0h	2h
<p>17. Invalidade dos atos eleitorais</p> <p>1. Invalidade no Direito Eleitoral. Nulidades no Código Eleitoral. Invalidade de atos partidários</p>	2h	0h	0h	0h	2h
<p>18. Recursos eleitorais</p> <p>1. Modalidades. Interposição dos recursos eleitorais. Prazos. Efeitos. Tramitação de recursos nos Tribunais. Parte legítima para recorrer</p>	2h	0h	0h	0h	2h
<p>19. Crimes eleitorais</p> <p>1. Progressivo isolamento do crime eleitoral na legislação penal comum. Natureza dos crimes eleitorais. Conexão de crimes eleitorais. As penalidades nos crimes eleitorais</p>	4h	0h	0h	0h	4h
<p>20. Processo penal do processo disciplinar no direito penal eleitoral</p> <p>1. Princípios processuais. Recursos e execuções criminais. Processo disciplinar eleitoral</p>	4h	0h	0h	0h	4h
Total	60h	0h	0h	0h	60h

Teórica (T); Prática (P); Estudo Dirigido (ED); Projeto (Pj); Total (To);

Planejamento pedagógico	
Carga horária	Itens
Teórica	Apresentação de conteúdo oral e escrito em quadro convencional; e Apresentação de conteúdo oral e escrito com o apoio de equipamento (projetor, quadro-digital, TV, outros)
Prática	<i>Não definidos</i>
Estudo Dirigido	<i>Não definidos</i>
Projeto	<i>Não definidos</i>
Recursos auxiliares	<i>Não definidos</i>

DIR 464 - Direito Eleitoral

Bibliografias básicas

Descrição	Exemplares
COSTA, Elcias Ferreira da. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1992.	0
COSTA, Tito. Recursos no Direito Eleitoral.	0
Legislação Eleitoral e Partidária. Brasília-DF: Senado Federal.	0
PINTO FERREIRA. Comentários ao Código Eleitoral.	0
RIBEIRO, Fávila. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro. Editora Forense.	0

Bibliografias complementares

Não definidas